

# **RELATÓRIO E CONTAS 2014**

**PT PAY, S.A.**

## **Relatório e Contas 2014**

<b>Órgãos Sociais</b>	<b>1</b>
<b>Relatório de Gestão</b>	
<b>Introdução</b>	<b>2</b>
<b>Informações Legais</b>	<b>2</b>
<b>Análise Económica e Financeira</b>	<b>2</b>
<b>Perspetivas Futuras</b>	<b>3</b>
<b>Proposta de Aplicação de Resultados</b>	<b>4</b>
<b>Demonstrações Financeiras</b>	<b>5</b>
<b>Relatório e Parecer do Fiscal Único</b>	<b>27</b>
<b>Certificação Legal de Contas</b>	<b>29</b>



## Órgãos Sociais

### Conselho de Administração

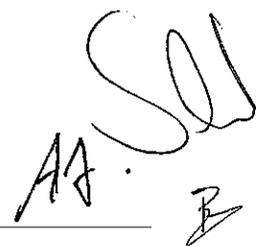
Presidente Armando Rodrigues Cabral de Almeida  
Vogal: Marco Norci Schroeder  
Vogal: Flávio Nicolay Guimarães  
Vogal: Eduardo Felipe Michalski

### Fiscal Único

Efetivo: Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada por  
Nuno Miguel Cabaço da Silva  
Suplente: Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

### Secretário-geral/Secretário de Sociedade

Secretário da Sociedade: João Alfredo Trindade Leal  
Secretário Suplente: João Pedro Reis de Branco Pardal



Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais em vigor, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da PT PAY, S. A. referente ao exercício de 2014.

## **Introdução**

A PT PAY, S. A. ("PT PAY" ou "Empresa") foi constituída em 13 de março de 2013, tendo iniciado nesse exercício o processo de implementação da sua atividade, desenvolvendo um "projeto – piloto". A Empresa iniciou o desenvolvimento da sua atividade comercial no dia 3 de Abril de 2014 após aprovação por parte do Banco de Portugal.

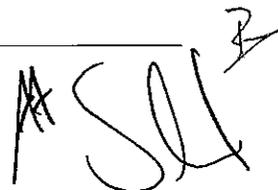
A PT PAY tem por objeto a prestação de serviços de pagamento a consumidores e a comerciantes. Com este serviço, os consumidores depositam fundos numa conta bancária da PT PAY, ficando esse valor associado à conta de pagamentos de cada cliente, os quais podem então efetuar pagamentos de serviços, podendo nomeadamente utilizar o dispositivo móvel, a TV, ou sites de *e-commerce* ou *m-commerce*, nos casos em que o comerciante também tenha aderido ao serviço. Na vertente de comerciantes, o serviço prestado, para além da conta de pagamentos, é composto por uma plataforma de aceitação de pagamentos e fidelização. A PT PAY neste contexto é considerada como *payment facilitator*, disponibilizando, com um único contrato, todos os meios de pagamento que possibilitam aos comerciantes a condução do seu negócio.

## **Informações Legais**

- Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social;
- Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

## **Análise Económica e Financeira**

A análise efetuada em seguida deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e as respetivas notas anexas. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euros e foram preparadas de acordo com os princípios consagrados nas Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA), nos termos do aviso n.º 1 / 2005, de 21 de fevereiro do Banco de Portugal.



## RESULTADOS

O resultado líquido da PT PAY no exercício de 2014 foi negativo em 1.411.466 euros e inclui essencialmente gastos gerais administrativos, gastos com depreciações e amortizações, rendimentos e encargos de serviços e comissões e ganhos com juros e rendimentos similares. O resultado da PT PAY no período compreendido entre 13 de março (data da constituição) e 31 de dezembro de 2013 foi negativo em 383.109 euros e inclui essencialmente gastos gerais administrativos, gastos com amortizações e ganhos com juros e rendimentos similares.

## BALANÇO E ESTRUTURA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2014, o total do ativo no montante de 5.269.420 euros, respeita essencialmente a imposto sobre o valor acrescentado a recuperar, ativos intangíveis e a aplicações em instituições de crédito, nos montantes de 1.089.311 euros, 1.961.135 euros e 667.000 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, o total do ativo no montante de 5.291.268 euros, respeita essencialmente a aplicações em instituições de crédito, ativos intangíveis e a imposto sobre o valor acrescentado a recuperar, nos montantes de 3.500.000 euros, 1.019.260 euros, e 471.181 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o total do passivo no montante de 3.563.995 euros e 2.174.377 euros, respetivamente, inclui essencialmente dívidas decorrentes do fornecimento de bens e serviços no montante de 3.296.704 euros e 1.983.560 euros, respetivamente, os quais estão relacionados essencialmente com empresas do grupo.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital próprio ascendia a 1.705.425 euros e 3.116.891 euros, respetivamente, representando 32% e 59% do total do ativo, respetivamente.

## Perspetivas Futuras

A PT PAY tem por missão prestar soluções de pagamento convenientes, inovadoras e sustentáveis, que garantam um leque de serviços integrados, procurando assim a satisfação e fidelização dos seus clientes.

Até ao final do primeiro trimestre de 2014, procedeu-se ao desenvolvimento da fase de experimentação, caracterizada pela utilização de um conjunto limitado de recursos, com o objetivo de proceder à análise e ajustes necessários ao processo de implementação do projeto.

No início do segundo trimestre de 2014 a Empresa iniciou a sua atividade comercial.



A Empresa espera conseguir desenvolver a sua atividade comercial, demonstrando o seu empenho e dinamismo na prestação de serviços assentes em padrões de alta competitividade e atratividade, disponibilizando serviços de pagamento em novas tecnologias e terminais, sejam *smartphones*, *tablets* ou televisões interativas (neste caso, apenas para aplicações MEO).

### **Proposta de Aplicação de Resultados**

Nos termos legais, o Conselho de Administração propõe ao Acionista Único a transferência para resultados transitados do prejuízo apurado no exercício de 2014, no montante de 1.411.465,91 euros.

Adicionalmente, verificando-se a perda de metade do capital social em 31 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração irá submeter à apreciação da Assembleia Geral as medidas a adotar pelos acionistas nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais e para cumprimento dos requisitos de fundos próprios exigidos pela regulamentação do Banco de Portugal.

Lisboa, 22 de maio de 2015

#### **O Conselho de Administração,**

Presidente



Armando Rodrigues Cabral de Almeida

Vogal



Marco Norci Schroeder

Vogal

Flávio Nicolay Guimarães

Vogal

Eduardo Felipe Michalski

## Demonstrações Financeiras

SLL  
E  
A

**PT PAY, S.A.****BALANÇO****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013**

	Notas	euros			
		2014		2013	
		Ativo Bruto	Amortizações Provisões e Imparidades	Ativo líquido	Ativo líquido
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	6	89.671	(35.351)	54.520	42.045
Ativos intangíveis	7	2.584.403	(623.266)	1.961.135	1.019.260
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>2.674.074</b>	<b>(658.419)</b>	<b>2.015.655</b>	<b>1.061.305</b>
Ativo corrente					
Outros ativos	9	2.587.574	(2.336)	2.585.238	695.678
Aplicações em instituições de crédito	4	667.000	-	667.000	3.500.000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	1.527	-	1.527	34.285
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>3.256.101</b>	<b>(2.336)</b>	<b>3.253.765</b>	<b>4.229.963</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.930.175</b>	<b>(660.755)</b>	<b>5.269.420</b>	<b>5.291.268</b>

	Notas	euros	
		2014	2013
		Passivo e	Capital Próprio
Passivo corrente			
Outros passivos	10	3.563.995	2.174.377
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>3.563.995</b>	<b>2.174.377</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>3.563.995</b>	<b>2.174.377</b>
Capital	11	3.500.000	3.500.000
Resultados transferidos		(383.109)	-
Resultado líquido do exercício		(1.411.456)	(383.109)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1.705.425</b>	<b>3.116.891</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>5.269.420</b>	<b>5.291.268</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas



Conselho de Administração



**PT PAY, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

		euros	
	Notas	2014	2013
Juros e rendimentos similares	12	22.257	48.329
Margem financeira		<b>22.257</b>	<b>48.329</b>
Rendimentos de serviços e comissões	13	50.498	348
Encargos com serviços e comissões	13	(113.379)	(7.014)
Produto bancário		<b>(40.624)</b>	<b>41.663</b>
Gastos gerais administrativos	14	(764.429)	(370.430)
Impairidade de dívidas a receber		(2.338)	-
Gastos de depreciação e amortização	15	(604.077)	(54.342)
Prejuízo antes de impostos		<b>(1.411.466)</b>	<b>(383.109)</b>
Prejuízo apurado no período		<b>(1.411.466)</b>	<b>(383.109)</b>
Prejuízo por ação básico	16	(0,40)	(0,11)

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas

*Duarte Curado*

Conselho de Administração

*SA*

**PT PAY, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

		Capital realizado (Nota 11)	Resultados transitados	Prejuízo	Total do capital próprio
euros					
Posição em 13 de março de 2013 (data de constituição da Empresa)	A	-	-	-	-
Prejuízo				(383.109)	(383.109)
Resultado integral	B				(383.109)
Operações com detentores de capital					
Realizações de capital		3.500.000	-	-	3.500.000
Posição em 31 de dezembro de 2013	D=A+B+C	3.500.000	-	(383.109)	3.116.891
Prejuízo				(1.411.466)	(1.411.466)
Resultado integral	E				(1.411.466)
Operações com detentores de capital					
Aplicação de resultados			(383.109)	383.109	-
Posição em 31 de dezembro de 2014	G=D+E+F	3.500.000	(383.109)	(1.411.466)	1.705.425

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas

*Paulo Cunha*

Conselho de Administração

*SLL*  
*AAJ*

**PT PAY, S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

	Notas	2014	2013
e uros			
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes		61.116	426
Pagamentos a fornecedores		(638.543)	(109)
Caixa gerada pelas operações		(577.427)	317
Pagamentos de imposto sobre o rendimento		(6.217)	(11.429)
Outros pagamentos, líquidos	4 (a)	(293.785)	(9.295)
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>(877.429)</b>	<b>(20.407)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		22.257	48.137
		<b>22.257</b>	<b>48.137</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(58.179)	-
Ativos intangíveis		(1.945.852)	-
		<b>(2.004.031)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(1.981.774)</b>	<b>48.137</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	4	-	6.555
Realizações de capital	4 (b) e 11	-	3.500.000
		<b>-</b>	<b>3.506.555</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	4	(6.555)	-
		<b>(6.555)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(6.555)</b>	<b>3.506.555</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>		<b>(2.865.758)</b>	<b>3.534.285</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.534.285	-
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>4 (c)</b>	<b>668.527</b>	<b>3.534.285</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Técnico Oficial de Contas

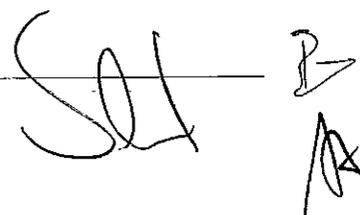


Conselho de Administração



## ÍNDICE

1. Nota introdutória
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
4. Fluxos de caixa
5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros
6. Ativos fixos tangíveis
7. Ativos intangíveis
8. Partes relacionadas
9. Outros ativos
10. Outros passivos
11. Capital
12. Juros e rendimentos similares
13. Rendimentos de (encargos com) serviços e comissões
14. Gastos gerais administrativos
15. Gastos de depreciação e amortização
16. Resultado líquido por ação
17. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature and a set of initials 'B' and 'A'.

**PT PAY, S.A.****Anexo às Demonstrações Financeiras****Em 31 de dezembro de 2014**

(Montantes expressos em euros)

**1. Nota introdutória**

A PT PAY, S.A. ("PT PAY" ou "Empresa") foi constituída em 13 de março de 2013, tendo dado início ao planeamento, desenvolvimento e afetação dos recursos técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento futuro da atividade.

A PT PAY tem por objeto social a prestação de serviços de pagamento, essencialmente através do telemóvel, tendo iniciado a fase "piloto" ainda em 2013, cujo desenvolvimento decorreu até ao final do primeiro trimestre de 2014, tendo de seguida dado início ao desenvolvimento da sua atividade comercial.

A Empresa é integralmente detida pela PT Portugal, SGPS, S.A. ("PT Portugal"), a qual, por sua vez, era em 31 de dezembro de 2013 integralmente detida pela Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("PT SGPS").

Em 5 de maio de 2014, a PT SGPS subscreveu um aumento de capital social da Oi, SA ("Oi"), através da contribuição em espécie da sua participação de 100% na PT Portugal. Após esta operação, a PT Portugal tornou-se uma subsidiária integral da Oi, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é a empresa-mãe do grupo em Portugal. A acionista da Empresa continua a ser a PT Portugal.

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

A PT PAY utiliza nos seus registos contabilísticos e processo de relato, as Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA's) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005, de 21 de fevereiro e na Instrução n.º 9/2005, de 11 de março, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.


As NCA's correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-lei 35/2005 de 17 de fevereiro e pelo Aviso 1/2005 de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso n.º 1/2005, existem as seguintes exceções com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa: (a) os ativos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Ativos fixos tangíveis. Como exceção, é permitido o registo de reavaliações legalmente autorizadas, caso em que as mais – valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

### **3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas, salvo indicação em contrário, de acordo com as NCA's.

#### **3.1. Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação dos ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparação não suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis deverá ser reconhecida a partir do momento em que os bens se encontrarem disponíveis para utilização, de acordo com o método linear, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação do equipamento básico, que inclui essencialmente equipamento informático, correspondem, em média, à vida útil de 3 anos.

#### **3.2. Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis incluem, basicamente licenças de utilização de software e pagamentos a terceiros (incluindo empresas do Grupo) para o desenvolvimento das plataformas informáticas



e sistemas de informação de apoio à operação da Empresa. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados de forma prospetiva. A vida útil destes ativos referentes a software e a outros ativos intangíveis é atualmente de 3 anos em média.

### **3.3. Regime do acréscimo**

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico de acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

### **3.4. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma do imposto corrente com o imposto diferido, os quais são registados na demonstração dos resultados salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, situação em que são igualmente registados no capital próprio.

A estimativa de imposto sobre o rendimento é efetuada com base na estimativa da matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC").

A PT Portugal adotou o regime de consolidação fiscal em Portugal (conhecido como regime especial de tributação de grupos de sociedades), no âmbito do qual o imposto sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável de todas as empresas nas quais a PT Portugal detenha uma participação superior a 75% do capital social desde o início do ano e que tenham sede em Portugal e estejam sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"). A PT Portugal ainda está a aguardar a aprovação por parte das autoridades fiscais em relação à aplicação deste regime em 2014, uma vez que a PT Portugal apenas se tornou a empresa-mãe do grupo em Portugal a partir de 5 de maio de 2014, na sequência da contribuição em espécie realizada pelo antigo Grupo Portugal Telecom para o aumento de capital da Oi (Nota 1). Não obstante, o imposto sobre o rendimento do consolidado fiscal foi calculado admitindo que as autoridades fiscais irão autorizar a utilização desse regime de consolidação fiscal com efeitos a 1 de janeiro de 2014. Até 2013, a PT Portugal e as suas subsidiárias, incluindo a PT Pay, faziam parte do regime de consolidação fiscal do Grupo Portugal Telecom e, portanto, pagavam o imposto sobre o rendimento diretamente à PT SGPS. Qualquer ganho gerado pelo Grupo Portugal Telecom em resultado da adoção deste regime, decorrente de prejuízos fiscais das empresas incluídas na consolidação fiscal, era registado


nos resultados da holding do Grupo Portugal Telecom e não na empresa que tinha gerado o prejuízo fiscal.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos, corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. Os saldos dos ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor líquido contabilístico, dado serem referentes à mesma jurisdição fiscal.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. À data do balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente, por não terem preenchido as condições para o seu registo, e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos que se encontram reconhecidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

### **3.5. Classificação do balanço**

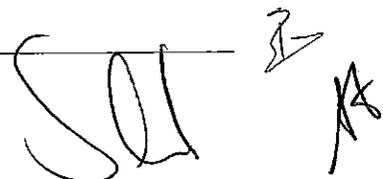
Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo não corrente, pelo seu valor presente.

### **3.6. Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos, e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA") e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços de pagamento é reconhecido desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas: (1) o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade; (2) é provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa; e (3) os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido com base no método do juro efetivo.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

### 3.7. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo classificados nas seguintes categorias: (a) ao custo ou custo amortizado; e (b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### (a) Ativos e passivos financeiros ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características: (a) sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; (b) tenham associado um retorno fixo ou determinável; e (c) não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os ativos e passivos financeiros considerados nesta categoria são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e correspondem essencialmente às seguintes rubricas de ativos e passivos constantes do balanço da Empresa:

- Disponibilidades em outras instituições de crédito;
- Aplicações em instituições de crédito;
- Outros ativos;
- Outros passivos.

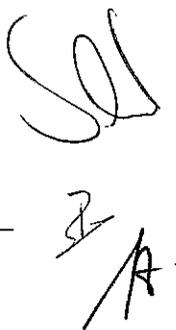
O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

(b) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando expiram os seus direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desses ativos, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### **3.8. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e em outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os pressupostos com maior impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são os seguintes:

(a) Continuação do apoio concedido pelo grupo PT Portugal à PT Pay em termos de financiamento e gestão do risco de liquidez

A PT Pay financia a sua atividade maioritariamente através dos fundos obtidos junto da casa-mãe. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, tendo em conta a intenção expressa pelo Grupo PT Portugal de continuar a apoiar a PT Pay.

(b) Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Ativos intangíveis em curso" corresponde essencialmente a desenvolvimento de software e licenças de utilização, que ainda não se encontra em funcionamento. O Conselho de Administração entende que os montantes

SOL  
B  
AA

registados em 31 de dezembro de 2014 cumprem os requisitos definidos na Norma IAS 38 para a capitalização das despesas incorridas.

### **3.9. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço**

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço não são refletidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados se forem considerados materialmente relevantes.

## **4. Fluxos de Caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, as rubricas "Disponibilidades em outras instituições de crédito" e "Aplicações em instituições de crédito" são constituídas por depósitos bancários, só sendo consideradas as aplicações com vencimento inferior a 3 meses.

A Empresa está sujeita a um risco de liquidez se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades e os fluxos de caixa provenientes de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas suas operações, nas disponibilidades de caixa e na possibilidade de obter financiamento junto da PT Portugal no âmbito do sistema de tesouraria centralizada implementado no Grupo, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações no período do próximo exercício. Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa encontrava-se a utilizar o sistema de tesouraria centralizada em 6.555 euros, tendo reembolsado esse montante no exercício de 2014.

#### **(a) Outros pagamentos, liquidos**

Esta rubrica reflete essencialmente aumento de atividade associado ao hiato temporal entre o valor disponibilizado pela PT PAY aos seus clientes e o registo dos recebimentos associados e por eles entregues à Empresa, com o objetivo de o utilizarem em pagamentos na rede de comerciantes aderente (Notas 9 c) e 10 b)).

#### **(b) Recebimentos provenientes de realizações de capital**

No exercício de 2013, esta rubrica apresenta o montante recebido de 3.500.000 euros proveniente da realização de capital (Nota 11).


## (c) Caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	euros	
	2014	2013
Disponibilidades sobre instituições de crédito	1.527	34.285
Aplicações em instituições de crédito	667.000	3.500.000
	<b>668.527</b>	<b>3.534.285</b>

## 5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros

Conforme referido na Nota 2, a empresa adota as NCA's. Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas no exercício findo a 31 de dezembro de 2014, não se verificaram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas nem ocorreram alterações em estimativas contabilísticas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não foram emitidas outras normas ou interpretações novas ou revistas que ainda não estejam em vigor.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não foram efetuadas quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

## 6. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e o período compreendido entre 13 de março e 31 de dezembro de 2013, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, respeitam a equipamento informático e foram os seguintes:

	euros	
	2014	2013
<b>Valores brutos</b>		
Saldo inicial	47.300	-
Aquisições	42.371	47.300
<b>Saldo final</b>	<b>89.671</b>	<b>47.300</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>		
Saldo inicial	5.255	-
Depreciações do exercício (Nota 15)	29.896	5.255
<b>Saldo final</b>	<b>35.151</b>	<b>5.255</b>
<b>Valores líquidos</b>	<b>54.520</b>	<b>42.045</b>

Handwritten signature and initials, including a large 'S' and 'L' signature, and initials 'B' and 'AA'.

## 7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e o período compreendido entre 13 de março e 31 de dezembro de 2013, os movimentos ocorridos nos ativos fixos intangíveis foram os seguintes:

				euros
				2014
	Sistemas de tratamento automático de dados	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Valores brutos</b>				
Saldo inicial	260.886	4.419	803.042	1.068.347
Aquisições	501.498	2.059	1.012.499	1.516.056
Transferências	803.042	-	(803.042)	-
<b>Saldo final</b>	<b>1.565.426</b>	<b>6.478</b>	<b>1.012.499</b>	<b>2.584.403</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>				
Saldo inicial	44.668	4.419	-	49.087
Amortizações do exercício (Nota 15)	572.122	2.059	-	574.181
<b>Saldo final</b>	<b>616.790</b>	<b>6.478</b>	<b>-</b>	<b>623.268</b>
<b>Ativos intangíveis líquidos</b>	<b>948.636</b>	<b>-</b>	<b>1.012.499</b>	<b>1.961.136</b>

				euros
				2013
	Sistemas de tratamento automático de dados	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Valores brutos</b>				
Saldo inicial	-	-	-	-
Aquisições	260.886	4.419	803.042	1.068.347
<b>Saldo final</b>	<b>260.886</b>	<b>4.419</b>	<b>803.042</b>	<b>1.068.347</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>				
Saldo inicial	-	-	-	-
Amortizações do exercício (Nota 15)	44.668	4.419	-	49.087
<b>Saldo final</b>	<b>44.668</b>	<b>4.419</b>	<b>-</b>	<b>49.087</b>
<b>Ativos intangíveis líquidos</b>	<b>216.218</b>	<b>-</b>	<b>803.042</b>	<b>1.019.260</b>

As adições ocorridas no exercício respeitam essencialmente à aquisição de desenvolvimentos e de licenças de utilização de software, relativas a projetos de desenvolvimento de aplicações e funcionalidades essenciais ao início e desenvolvimento da atividade da Empresa. Uma parte destas aplicações e funcionalidades encontravam-se em fase de desenvolvimento em 31 de dezembro de 2014, tendo sido registadas em investimentos em curso, não estando ainda sujeitas a qualquer amortização.

## 8. Partes relacionadas

### 8.1. Acionistas e empresas do Grupo

Conforme mencionado na Nota Introdutória, a Empresa é detida em 100% pela PT Portugal, a qual por sua vez é integralmente detida pela Oi à data de 31 de dezembro de 2014. Consequentemente, todas as empresas que fazem parte do Grupo PT Portugal foram consideradas como partes relacionadas da PT PAY.

Embora a Empresa não tenha apresentado saldos devedores e credores nas rubricas "Acionistas e empresas do Grupo", tem contas a receber e a pagar a empresas do Grupo PT Portugal em outras rubricas do ativo e do passivo.

Em 29 de dezembro de 2014, a Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (ex. TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.) ("Meo – ex. TMN") foi incorporada na PT Comunicações e, conseqüentemente, deixou de existir, mas como os seus ativos e passivos foram totalmente transferidas para a PT Comunicações, a atividade da empresa vai manter-se no futuro. Esta fusão produziu efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014. Após essa incorporação, a PT Comunicações passou a denominar-se MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. ("MEO").

### 8.2. Saldos e transações com partes relacionadas

A natureza e o detalhe dos principais saldos devedores e credores com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são conforme segue:

	euros	
	2014	
	Outros ativos (Nota 9)	Outros passivos (Nota 10)
MEO	250.000	2.832.873
PT Contact- Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ("PT Contact")	-	429.333
PTPRO, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhada, S.A. ("PT Pro")	-	102.030
PT Portugal	6.217	-
Outras empresas	-	4.101
	<b>256.217</b>	<b>3.368.337</b>

	euros	
	2013	
	Outros ativos (Nota 9)	Outros passivos (Nota 10)
PT Comunicações	-	1.641.404
PT Contact	-	266.089
PT Pro	-	92.969
PTSGPS	11.429	63.665
MEO - ex. TMN	-	7.643
Outras empresas	-	146
	<b>11.429</b>	<b>2.071.916</b>

As contas a pagar à MEO e à PT Pro em 31 de dezembro de 2014 e à PT Comunicações, S.A. e à PT Pro em 31 de dezembro de 2013 respeitam essencialmente ao investimento realizado na aquisição de desenvolvimentos e de licenças de utilização de software (Nota 7). As contas a

pagar à PT Contact em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respeitam aos serviços de suporte de call center (Nota 14).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e o período compreendido entre 13 de março e 31 dezembro de 2013, as transações com partes relacionadas são conforme segue:

	euros	
	2014	2013
	Rendimentos de serviços e comissões (Nota 13)	Gastos gerais administrativos (Nota 14)
PT Contact	-	303.276
MEO	16.717	258.055
PT Pro	-	27.780
Outras empresas	556	257
	<b>17.273</b>	<b>589.368</b>

	euros	
	2014	2013
	Rendimentos de serviços e comissões (Nota 13)	Gastos gerais administrativos (Nota 14)
PT Contact	-	220.736
PT Pro	-	6.945
Outras empresas	11	119
	<b>11</b>	<b>227.800</b>

### 8.3. Outras informações

As remunerações dos membros do Conselho de Administração encontram-se a ser suportadas integralmente pela PT Portugal.

## 9. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2014	2013
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar (a)	1.089.311	471.181
Adiantamento a fornecedores de bens (b)	728.045	197.179
Outras disponibilidades sobre residentes (c)	483.439	13.989
Despesas com encargo diferido (d) (Nota 8)	250.000	-
Outros ativos	34.443	13.329
	<b>2.585.238</b>	<b>695.678</b>

- (a) A conta a receber do Estado respeita ao Imposto sobre o Valor Acrescentado decorrente dos investimentos incorridos para o início da atividade.
- (b) Esta rubrica corresponde a um adiantamento efetuado pela Empresa, para o desenvolvimento e aquisição de equipamentos.
- (c) Esta rubrica reflete o valor disponível numa conta bancária da PT PAY, entregue pelos clientes com o objetivo de o utilizarem em pagamentos na rede de comerciantes aderente, encontrando-se o crédito associado registado na rubrica de outros passivos (Notas 4 a) e 10 b)).
- (d) Esta rubrica corresponde a serviços de suporte já contratados e faturados pela MEO, devendo ser prestados em períodos futuros.

Handwritten signature and initials, possibly 'SLL' and 'AA', located at the bottom right of the page.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica inclui saldos com empresas do grupo nos montantes de 256.217 euros e 11.429 euros, respetivamente (Nota 8).

## 10. Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2014	2013
Crédores por fornecimento de bens e serviços (a)	3.296.704	1.983.560
Encargos a pagar por serviços bancários prestados por terceiros	69.242	172.518
Outros passivos (b)	198.049	18.299
	<b>3.563.995</b>	<b>2.174.377</b>

- (a) Inclui essencialmente contas a pagar a partes relacionadas no montante de 3.268.018 euros, relativas ao investimento incorrido com o desenvolvimento dos sistemas de informação para dar início à atividade da Empresa e a serviços de suporte à operação.
- (b) Inclui montante já entregue pelos clientes com vista a ser utilizado por estes em futuros pagamentos na rede de comerciantes aderente (Notas 4 a) e 9 c)).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica inclui saldos com empresas do grupo nos montantes de 3.368.337 euros e 2.071.916 euros, respetivamente (Nota 8).

## 11. Capital

### 11.1. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Empresa encontrava-se integralmente realizado e ascendia a 3.500.000 euros (Nota 4 (b)), estando representado por 3.500.000 ações nominativas (Nota 16), com o valor nominal de 1 euro cada uma. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Empresa era integralmente detido pela PT Portugal.

Em 31 de dezembro de 2014, os capitais próprios da Empresa são inferiores a metade do capital social, situação que determina a aplicação das disposições dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais, e não são cumpridos os requisitos de fundos próprios exigidos pela regulamentação do Banco de Portugal.

Em 31 de dezembro de 2014, os fundos próprios da Empresa e os requisitos de fundos próprios de acordo com o estabelecido com o Banco de Portugal, podem ser resumidos da seguinte forma:

	euros
	2014
Fundos próprios totais	1.705.425
Requisitos de fundos próprios	1.961.135
Insuficiência de fundos próprios	(255.710)

SOL B AX

## 11.2. Aplicação de resultados

Em 2014, conforme deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas de 4 de fevereiro de 2014, o resultado líquido negativo de 2013 foi integralmente transferido para a rubrica "Resultados transitados".

## 12. Juros e rendimentos similares

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e o período compreendido entre 13 de março e 31 dezembro de 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2014	2013
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros de depósitos a prazo	22.257	15.985
Juros de aplicações financeiras	-	32.344
	<b>22.257</b>	<b>48.329</b>

## 13. Rendimentos de (encargos com) serviços e comissões

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e o período compreendido entre 13 de março e 31 dezembro de 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2014	2013
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>		
Empresas grupo (Nota 8)	17.273	11
Empresas não grupo	33.225	337
<b>Encargos com serviços e comissões</b>		
Empresas não grupo	(113.379)	(7.014)
	<b>(62.881)</b>	<b>(6.666)</b>

## 14. Gastos gerais administrativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e o período compreendido entre 13 de março e 31 dezembro de 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2014	2013
<b>Serviços de suporte (a)</b>	<b>581.456</b>	<b>227.681</b>
Publicidade	74.515	-
Auditoria e consultoria	7.160	84.831
Contencioso e notariado	295	47.069
<b>Outros serviços e fornecimentos de terceiros</b>	<b>36.562</b>	<b>10.849</b>
	<b>764.429</b>	<b>370.430</b>

(a) Inclui essencialmente gastos com (i) serviços de suporte de call center prestados pela PT Contact (Nota 8.1), para o serviço Wallet PT, serviço esse que se baseia na possibilidade de cada cliente da Empresa poder criar uma carteira virtual, depositando numerário numa conta bancária da PT PAY, o qual pode ser utilizado para pagamentos de serviços na rede de comerciantes aderente, utilizando para o efeito, o seu telemóvel, MEO box, ou sites de e-commerce e (ii) outros serviços de suporte prestados pela MEO, relacionados com a gestão e manutenção dos serviços de data center, com a gestão dos recursos humanos, com o marketing entre outros serviços de suporte.

Handwritten signature and initials, possibly 'SLL' and 'AF'.

Em 2014, os honorários do Revisor Oficial de Contas, registados na rubrica "Auditoria e consultoria" têm a seguinte composição: (i) revisão legal das contas anuais no montante de 18.750 euros, (ii) serviços de garantia e fiabilidade no montante de 18.400 euros, e (iii) outros serviços no montante de 9.600 euros.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Gastos gerais administrativos" inclui transações com empresas do grupo, nos montantes de 589.368 euros e 227.800 euros, respetivamente (Nota 8).

## 15. Gastos de depreciação e amortização

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e no período compreendido entre 13 de março e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2014	2013
Ativos intangíveis (Nota 7)	574.181	49.087
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	29.896	5.255
	<b>604.077</b>	<b>54.342</b>

## 16. Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e no período compreendido entre 13 de março e 31 de dezembro de 2013, foi calculado da seguinte forma:

	2014	2013
Resultado líquido	(1.411.466)	(383.109)
Número de ações (Nota 11)	3.500.000	3.500.000
Resultado líquido por ação básico	<b>(0,40)</b>	<b>(0,11)</b>

Não existem quaisquer situações que originem um efeito de diluição, pelo que o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

## 17. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 22 de maio de 2015, estando ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Em 1 de Dezembro de 2014, a Oi celebrou um contrato de exclusividade com a Altice, S.A. para permitir a negociação e o acordo sobre os termos finais da venda da PT Portugal. Em 8 de Dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Oi finalizou as formalidades para aprovar

os termos e condições gerais da venda da totalidade das ações da PT Portugal para a Altice Portugal, S.A., uma subsidiária integral da Altice, S.A. A venda envolve as operações da PT Portugal em Portugal e na Hungria e foi aprovada dia 22 de janeiro de 2015 pelos acionistas da PT SGPS. A eficácia do contrato de compra e venda depende da aprovação das entidades reguladoras. Após a concretização desta operação a PT Portugal e as suas empresas participadas, incluindo a PT Pay, farão parte do Grupo Altice.





## Relatório e Parecer do Fiscal Único



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

### **Ao Acionista da PT PAY, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da PT PAY, S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

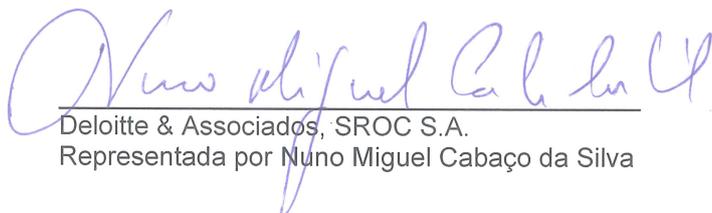
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2014, as Demonstrações dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2014, preparado pelo Conselho de Administração e das propostas nele incluídas. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui três reservas que se dão aqui por integralmente reproduzidas e não inclui ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 4 a 6 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como as propostas nele expressas, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 27 de maio de 2015



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Nuno Miguel Cabaço da Silva



## **Certificação Legal das Contas**



## **PT PAY, S.A.**

**Demonstrações Financeiras em  
31 de dezembro de 2014  
acompanhadas da Certificação Legal  
das Contas**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em euros)

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da PT PAY, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, que evidencia um total de 5.269.420 euros e capitais próprios de 1.705.425 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.411.466 euros, as Demonstrações dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o outro rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 4 a 6 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Reservas

4. Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Outros ativos" inclui o montante de 483.439 euros relativo aos fundos recebidos pela Empresa dos utilizadores dos serviços de pagamento. Nessa data, o correspondente saldo credor reconhecido na rubrica "Outros passivos" inclui 198.049 euros referentes aos fundos disponíveis nas contas dos utilizadores dos serviços de pagamento anteriormente referidos. A 31 de dezembro de 2014, não obtivemos a reconciliação por cliente entre os saldos acima referidos, pelo que não nos é possível concluir sobre os mesmos.

5. Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa tem registado na rubrica "Ativos intangíveis" licenças de utilização de "software" e despesas relativas ao desenvolvimento das plataformas informáticas e sistemas de informação de apoio à operação no montante total de 1.961.135 euros (Nota 7).  
Atendendo a que: (i) existem incertezas quanto à continuidade das operações da Empresa, tal como descrito no parágrafo 6 abaixo; (ii) a Empresa não dispõe de documentação completa sobre o cumprimento dos requisitos definidos pelo normativo contabilístico aplicável para capitalização destas despesas; e (iii) não obtivemos projeções dos benefícios económicos futuros gerados por estas despesas, não nos é possível concluir quanto à adequação da capitalização daquelas despesas e quanto ao seu valor de realização.
6. As demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, embora, em 31 de dezembro de 2014: (i) os capitais próprios da Empresa sejam inferiores a metade do capital social, situação que determina a aplicação das disposições dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais; e (ii) exista incumprimento dos requisitos de fundos próprios exigidos pela regulamentação do Banco de Portugal. Dado não termos obtido informação concreta sobre os planos da Empresa para regularizar as situações anteriormente descritas, não nos é possível concluir quanto à adequação da utilização do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2014, nem sobre eventuais ajustamentos que seriam necessários caso o princípio da liquidação tivesse sido o utilizado.

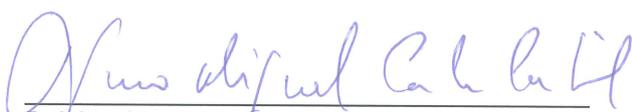
**Opinião**

7. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 4 a 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da PT PAY, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado e o outro rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

**Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício de 2014.

Lisboa, 27 de maio de 2015

  
Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Nuno Miguel Cabaço da Silva

